



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS
QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

Av. Almirante Barroso, nº 2380, Marco, Belém-PA, CEP: 66093-034 - Fone: (091) 31311600
— ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br —, ouvidoriaagraria.pa@gmail.com —

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM (CPMEAQLG), REALIZADA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2016, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA OUVIDORIA AGRÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, ONDE ESTIVERAM PRESENTES: O PRESIDENTE DA COMISSÃO, DESEMBARGADOR OTÁVIO MARCELINO MACIEL; O DR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI – REPRESENTANTE DA FETAGRI/PA; DR. ALDENOR NASCIMENTO, REPRESENTANTE DO ITERPA/PA; MADRE MARIA TECLA DA S. GAIA, REPRESENTANTE DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT); DR. DRA. AMÉLIA ALMEIDA DE OLIVEIRA, SUPLENTE DA OAB/PA; DR. LUIZ GUSTAVO DA LUZ QUADROS, PROMOTOR DE JUSTIÇA DA VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL; DRA. ANDREA BARRETO, REPRESENTANTE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO. OS QUE AQUI COMPARECERAM ASSINARAM A LISTA DE PRESENÇA QUE É PARTE INTEGRANTE DESTA ATA; A DRA IONE NAKAMURA FOI REPRESENTADA NESTE ATO PELO PROMOTOR ACIMA MENCIONADO; JUSTIFICARAM AUSENCIA: DRA CAROLINE AMARANTES REPRESENTANTE DO INCRA; DR. ROSSIVAGNER S. SANTOS E O DR. MÁRCIO VASCONCELOS, REPRESENTANTE DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO; OS DEMAIS MEMBROS APESAR DE CONVOCADOS NÃO JUSTIFICARAM SUAS AUSENCIAS.

PAUTA:

1-Referendar o apoio ao Des. Gercino da Silva Filho sobre o ocorrido na reunião na cidade de Anapu no dia 02/12/2015, conforme decisão dos membros presentes na reunião do dia 11 de dezembro de 2015;

2- Resposta sobre o ofício solicitado ao ITERPA (Ofício n. 09/2015-CPMEAQLG) para que informe a listagem dos processos em que foram determinados os registros de cancelamento fraudulentos, bem como seja informado quais os procedimentos que estão sendo adotados para a arrecadação das referidas áreas e se dentre as constantes da referida relação quais as que não foram arrecadadas. A Dra. Tátilla pediu prazo eis que a funcionária que está ciente do caso em tela estava de férias;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS
QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

Av. Almirante Barroso, nº 2380, Marco, Belém-PA, CEP: 66093-034 - Fone: (091) 31311600
ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br, ouvidoriaagraria.pa@gmail.com

3- Informação do ITERPA sobre a nomeação de uma equipe de acompanhamento do Projeto junto ao SIPAM.

5- Informar os membros da Comissão sobre o Convite para participarem da Reunião com o Ouvidor Agrário Nacional, Des. Gercino da Silva Filho em Belém/PA, no período de 01 a 04 de março de 2016 (remetida Agenda do Desembargador via e-mail para os membros), para tratar do Combate à Violência no Campo no Estado;

6- O que ocorrer.

Aberta a reunião pelo presidente da Comissão - Desembargador OTÁVIO MARCELINO MACIEL, que agradeceu a presença dos membros presentes da Comissão Permanente, Monitoramento, Estudos e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem –CPMEAQLG.

01 –Após comentários do Dr. Girolamo Treccani que foi incisivo quanto ao apoio irrestrito ao Des. Gercino Filho, Ouvidor Agrário Nacional, os demais membros presentes também se posicionaram a favor do REFERENDUM aprovado na reunião anterior (11/02/2016). O Dr. Girolamo recomendou, também, que fosse remetido ao ilustre Des. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, Constantino Augusto Guerreiro, cópia do referendium a ser remetido ao Des. Gercino Filho para ciência. Aprovado os membros por todos presentes.

02- O Dr. Aldenor Nascimento, Ouvidor do ITERPA, informou que manteve contato com a Dra. Tátilla (Assessora Jurídica do Iterpa) que lhe informou que está finalizando as providências requeridas e que provavelmente estará pronto o ofício antes da próxima reunião;

03- O Dr. Aldenor Nascimento do ITERPA informou que o Presidente do Órgão Dr. Daniel Lopes está ciente do pedido e vai determinar a nomeação dos três funcionários para participarem do Projeto SIPAM. O Dr. Girolamo Treccani esclareceu aos membros que o projeto é sigiloso, os atores são institucionais, que é importante a participação do Ministério Público Estadual, da Universidade Federal do Pará, bem como a inserção de funcionários do Iterpa no Projeto. Que a senha para entrar no sistema é concedida apenas para a equipe que trabalha no projeto e que num futuro bem próximo será uma grande alavanca de progresso na questão fundiária, o que contribuirá no acerto de medidas e evitará fraudes nas matrículas de imóveis.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS
QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

Av. Almirante Barroso, nº 2380, Marco, Belém-PA, CEP: 66093-034 -Fone: (091) 31311600
— ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br — ouvidoriaagraria.pa@gmail.com —

04- A Dra. Andréia Barreto, defensora pública explicou a situação dos ribeirinhos que estão sendo removidos das áreas federais, isto é, que vivem às margens do Rio Xingu que estão sendo removidos sem que haja consulta, sem qualquer controle por parte dos órgãos fundiários que deveriam fiscalizar, mesmo porque há um Termo de Outorga de Uso de 2013, favorável às comunidades de pescadores cadastrados e alguns de forma contínua. O caso é uma bagunça fundiária. A Norte Energia não está cumprindo o Termo de Acordo firmado; falou ainda sobre a questão ambiental que é grave e se não ocorrer alguma intervenção pode haver conflito em Anapu e Porto de Moz, áreas de Hidrelétricas. O Incra, o Terra Legal e o Iterpa devem tomar conhecimento e agir a fim de evitar conflitos de grande proporções pois a situação agonia no Estado, mesmo porque a cúpula que compõem o comando da Belo Monte vem de Brasília para o nosso Estado e executam o que bem entendem; sobre o Termo de Cooperação do Tapajós falou sobre os processos fundiários que estão na esfera estadual sem resolução o que prejudica em muito a solução dos problemas. Durante sua manifestação se referiu sobre as glebas Bacajá e Bacajaí essas sempre correntes nas pautas do MDA. Após a manifestação dos membros sobre os fatos trazidos à reunião pela Coordenadora da Defensoria Pública em questão agrária, Dra. Andréia Barreto, informou ainda que foram requeridos ofícios que devem ser remetidos à diversos órgãos a fim de que informem o andamento das situações tratadas na reunião para conhecimento da Comissão e tomadas de providências.

5- Foi dado ciência a todos os membros sobre o Convite para participarem da Reunião com o Ouvidor Agrário Nacional, Des. Gercino da Silva Filho em Belém/PA, no período de 01 a 04 de março de 2016, cuja agenda foi remetida via e-mail para cada membro, por tratar-se de Combate à Violência no Campo no Estado;

6- Foi deliberado finalmente que a próxima reunião da CPMEAQLG será realizada extraordinariamente no dia 11.03.2016 as 11h em virtude da vinda à Belém do Des. Gercino Filho, Ouvidor Agrário Nacional, no período de 01 a 04.03.2016, para participar de reuniões envolvendo questões agrárias onde a maioria dos membros da CPMEAQLG participará.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS
QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

Av. Almirante Barroso, nº 2380, Marco, Belém-PA, CEP: 66093-034 - Fone: (091) 31311600
— ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br — ouvidoriaagraria.pa@gmail.com —

DELIBERAÇÕES:

- 1- Oficiar a Presidência do Iterpa, a fim de indicar três funcionários para integrar o Projeto SIPAM;
- 2- Oficiar ao MPF, Dr. Augusto Torres Potyguar, para que, se possível faça um breve histórico referente ao TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), entre o INCRA, ITERPA E TECNOMAPAS (TAC dez/2015) e, ao final, atualize as informações do caso;
- 3- Oficiar ao ITERPA para que agilize a criação do Projeto de Assentamento Estadual Agroindustrial Bacajai, criada pelo Decreto nº 2.345 de 17 de junho de 2010;
- 4- Oficiar junto ao ITERPA no sentido de que sejam homologados os processos administrativos em tramitação no Iterpa que foram digitalizados pelo projeto Piloto (Sistema Geográfico de Informações Fundiárias) a serem analisados pela Clínica dos Direitos Humanos da Amazônia do Programa de Pós Graduação de Direito da Universidade Federal do Pará- UFPA;
- 5- Oficiar ao SEMAS que providencie o cancelamento dos CAR sobrepostos na área de assentamento da Gleba Bacajai;

Nada mais havendo, deu-se este termo por encerrado. Eu, Maria Adelaide, Secretária da Comissão, digitei e conferi.


Des. OTÁVIO MARCELINO MACIEL

OUVIDOR AGRÁRIO DO TJPA E PRESIDENTE DA CPMEAQLG